

Lilia Moritz Schwarcz; Heloisa Murgel Starling, *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2020, 375 p., ISBN 978-85-359-3391-8.

Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e Visiting Professor na Universidade de Pinceton, Lilia Moritz Schwarcz tem assinado inúmeras obras premiadas em sua ampla e versátil carreira como pesquisadora, fato que lhe garante publicações que se acostumaram a transitar entre diversas áreas do conhecimento, tais como a História, a Antropologia e as Ciências Sociais. Somada a sua capacidade de manter canal aberto a proficuas parcerias, formou dupla de trabalho com a historiadora e pesquisadora Heloisa Murgel Starling, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, resultando na premiada obra *Brasil: uma biografia* (2015)¹.

Ambas retornaram para a realização de mais um trabalho, agora em 2020, brindando-nos com *A Bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, livro assumidamente produzido durante a quarentena (p. 341), instrumento profilático contra um mal que, assim como a “gripe espanhola”, chegou aos trópicos, invisível, mas devastador, resultando na ecatombe pandêmica da COVID-19, espalhando-se rapidamente pelo globo, numa mórbida e centenária coincidência com o objeto de estudo em questão.

Os movimentos casuísticos e os paralelismos estabelecidos de forma clara e consciente entre a pandemia passada e a presente são um eixo fundamental para a compreensão das proposições dos constructos dessa obra, um verdadeiro convite ao leitor, quase de forma apologetica, para elucidar, como já defendia o pensador italiano Benedetto Croce, que toda a história também é uma história do presente, assim como todo historiador é um ser humano do seu tempo².

Apesar de existirem diversos estudos sobre a epidemia de “influenza espanhola”, ou apenas “espanhola”, também conhecida como “gripe bailarina” – analogia da doença pular como se estivesse dançando de pessoa para pessoa, daí o título do livro – que assolou o Brasil entre os anos de 1918 e 1920, esse trabalho, escrito entre março e setembro de 2020, apresenta algo *sui generis*: fundamentado a partir de fontes inéditas do período, tais como jornais e periódicos, além de uma gama de pesquisas científicas, a obra foi capaz de demonstrar de forma contundente e didática o quão

¹ L. M. Schwarcz; H. M. Starling, *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

² B. Croce, *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, Milano, Adelphi Edizioni, 2017.

semelhante foram os métodos, acertos e desacertos com os quais se lidou com aquela doença e também como o Brasil contemporâneo vem lidando com a COVID-19 (p. 24), evidenciando, pelo exercício dialético, como a atual situação do país poderia ser diferente, principalmente devido aos conhecimentos legados do passado.

O livro estrutura-se em 10 capítulos, somados a introdução e conclusão, sendo os dois primeiros dedicados a uma abordagem mais “generalista” do tema, mas necessária para a compreensão do restante da obra, que busca, de forma minuciosa, reconstituir a propagação e os efeitos da doença em diversas capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Manaus, respectivamente), além de um capítulo inteiro dedicado a desmistificar a tese de que a “espanhola” teria levado a óbito o primeiro presidente da república brasileira a ser eleito para um segundo mandato, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919). Tal contributo é imperioso para a ressignificação de importante detalhe na biografia desta relevante personalidade da história da política brasileira.

Não é o que se lê no atestado de óbito. (...) E registra como causa básica – aquela que conduziu diretamente à morte – uma doença sem relação com a espanhola ou suas complicações: “assistolia aguda no curso de anemia perniciosa” (p. 301-302).

Apesar de em alguns momentos o livro passar sensação de redundância devido a sincronia dos capítulos, com o avanço da leitura isso se dissipa, pois percebe-se os objetivos dessa organização, que parte de um enredo previamente pensado pelas autoras para criar a sensação de inserção do leitor na sequência dos acontecimentos, como se estivesse em uma viagem por um país continental, a bordo de um vapor que aporta nas principais capitais assoladas pela influenza e, ao mesmo tempo, escancarando as disparidades e carências de medidas homogêneas que atendessem uma população que demandava urgentemente políticas sanitárias e de saúde, numa República que preconizava o progresso em seu discurso, mas de forma conservadora e parcial agia como veia aberta para a livre circulação e penetração do vírus (p. 19).

Realizando um exercício entre a macro e a micro história, em que se parte da contextualização da situação mundial do período, com recortes dedicados a fazer-nos compreender as repercussões da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não só de forma global, mas com ênfase no Brasil (p. 54-58), temos aqui uma clara inferência dos impactos da modernidade como agente propagador não apenas de benéficos, mas também de conflitos, materializados sob o palco

de guerras e doenças³. Apesar de dados imprecisos, acredita-se que a epidemia de influenza tenha ceifado, entre 1918 e 1920, de 30 a 50 milhões de vidas no mundo. Essa constatação nos parece importante, pois norteia o diálogo, ainda insistente, de que a economia, o comércio internacional e as relações internacionais são sinônimos de civilização, sem consequências maléficas tanto para cidadãos como para o meio-ambiente. Essa lógica é facilmente reconhecida dentre os motivos que facilitaram a entrada da influenza no Brasil, na manhã de 9 de setembro de 1918, a bordo do navio mercante *Demerara*, procedente de Liverpool, mas com escalas em diversos países (p. 60).

Balizando-se em elementos metodológicos orientados pela história do cotidiano digna de Certeau, *A Bailarina da Morte* traz em seu escopo uma narrativa fluida e acessível, contribuindo para que a obra alcance o grande público, rememorando cenas de um passado que parece ainda latente⁴: a negação da doença por diversas autoridades, tanto políticas, quanto médicas (p. 71); a busca por soluções fáceis, curas e remédios milagrosos, como por exemplo poções e tônicos (p. 183), além do “cloroquinino” (p. 214); o fechamento de espaços públicos, como escolas e igrejas (p. 186); e diversas cartilhas de conselhos profiláticos, dentre eles, o isolamento social (p. 189).

Dar nomes àqueles que, com o passar dos tempos, tornaram-se apenas números, é outro mérito das pesquisadoras, numa tarefa de visibilizar sujeitos até então renegados pela historiografia: pessoas comuns, gente do cotidiano, pobres e negros, principais vítimas da “doença bailarina”. Este objetivo é constantemente perseguido e alcançado durante toda a jornada apresentada ao leitor, não apenas em seu texto, mas também nas inúmeras imagens que ilustram o trabalho, numa demonstração de plasticidade ao se lidar com diversas fontes primárias inéditas, sempre com o cuidado da preservação de suas historicidades.

Por fim, e não menos importante, outro contributo pode ser elencado no trabalho de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling: as formas como o trágico evento epidêmico que traumatizou a população brasileira que adentrava os anos 1920 foi politizada por autoridades, que em diversos momentos utilizaram-se de recursos de desinformação – dentre eles as subnotificações do número de mortos –, até o momento em que não se conseguiu mais esconder a gravidade da situação. Estas mesmas autoridades acabaram por ser obrigadas pelos fatos a cederem aos aparatos científicos e recomendações sanitárias, evento que contribuiu para a criação de dispositivos e políticas públicas até então

³ Vide, J. Revel, “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”, *Revista brasileira de educação*, v. 15, n. 45 (2010), p. 434-444.

⁴ M. De Certeau, *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

inexistentes no país, dado que, em 1918, ainda não havia protocolos nacionais que pudessem orientar os entes federativos, resultando em tomadas de decisões heterogêneas por cada estado no enfrentamento da doença (p. 331).

Essas questões, levantadas durante a maioria dos capítulos, provocam reflexões a respeito de como são importantes mecanismos homogêneos de atuação quando o assunto é a saúde pública, já que naqueles tempos não existia o que hoje é denominado no Brasil de Ministério da Saúde, o qual ainda levaria alguns anos para ser criado. Também não existia o que hoje denomina-se Sistema Único de Saúde (SUS), órgão responsável pela operacionalização do atendimento público de saúde, resultante do pacto firmado pela Constituição Federal de 1988 que, de acordo com seu artigo 196, tem como prerrogativa garantir a saúde como “direito de todos” e “dever do Estado”⁵.

É sabido que existe na contemporaneidade uma grande dificuldade de se lidar com a morte e o luto, ambos insistentemente negados. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*, além de sua função historiográfica, desperta a importância da redescoberta da morte e do luto como historicamente fundamentais nas sociedades, pois ambas funcionam também como forma de aprimorar nossas ações em defesa da vida.

DANIEL FLORENCE GIESBRECHT
Universidade de Coimbra, CEIS20, FLUC
profdanielflorence@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Brasília. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm